Manifestações sociais movimentam a rua latino-americana e pressionam por mudanças na política: o caso brasileiro, argentino e colombiano

Las manifestaciones sociales agitan las calles de América Latina y ejercen presión para que se produzcan cambios políticos: los casos de Brasil, Argentina y Colombia

Latin America in 2026: Geopolitical Competition, Social Vulnerabilities and Challenges for Regional Autonomy

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: As manifestações sociais têm movimentado a política da região. No Brasil, grandes manifestações mudaram o cenário eleitoral e pavimentaram a eleição de Lula da Silva. Na Colômbia e na Argentina, as manifestações contrárias às políticas implementadas pelos governos têm buscado pressionar por mudanças. Na perspectiva econômica, a região ainda tem previsão de combinação entre crescimento moderado e restrições fiscais. Na saúde, dengue, chikungunya e El Niño. No seguimento das organizações regionais, destacamos a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA) participou de agenda sobre alfabetização em saúde; o Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) cumpriu agenda nas áreas de prevenção ao HIV e saúde e mudança climática; a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de gestão de recursos hídricos, serviços meteorológicos e segurança e a Organização dos Estados Americanos (OEA) encaminhou missões de observação eleitoral e elaborou um estudo sobre o tráfico de drogas.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *Las manifestaciones sociales han marcado la política de la región. En Brasil, las grandes manifestaciones cambiaron el panorama electoral y allanaron el camino para la elección de Lula da Silva. En Colombia y en Argentina, las manifestaciones en contra de las políticas aplicadas por los gobiernos han tratado de ejercer presión para lograr cambios. Desde el punto de vista económico, se prevé que la región siga experimentando una combinación de crecimiento moderado y restricciones fiscales. En materia de salud, el dengue, el chikungunya y El Niño. Em cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica y la República Dominicana (SE-COMISCA) participo en una agenda sobre alfabetización sanitaria; el Organismo Andino de Salud – Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) abordó temas relacionados con la prevención del VIH y la salud y el cambio climático; la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) cumplió con su agenda en materia de gestión de recursos hídricos, servicios meteorológicos y seguridad, y la Organización de los Estados Americanos (OEA) envió misiones de observación electoral y elaboró un estudio sobre el tráfico de drogas.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud*

Abstract: *Social protests have been shaping politics in the region. In Brazil, large-scale protests changed the electoral landscape and paved the way for Lula da Silva's election. In Colombia and Argentina, protests against government policies have sought to pressure authorities to make changes. From an economic perspective, the region is still expected to experience a combination of moderate growth and fiscal constraints. In the area of health: dengue, chikungunya, and El Niño. Regarding regional organizations, we highlight that the Executive Secretariat of the Council of Ministers of Health of Central America and the Dominican Republic (SE-COMISCA) participated in a meeting on health literacy; the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-CONHU) addressed issues in the areas of HIV prevention and health and climate change; the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) carried out activities on water resource management, meteorological services, and security; and the Organization of American States (OAS) dispatched election observation missions and prepared a study on drug trafficking.*

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Durante o período analisado, destacamos cinco processos na região:

1. Reconfiguração política e disputa pela orientação internacional. A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, no último domingo, interrompe a tendência regional de vitórias eleitorais conservadoras e mantém em aberto a disputa sobre a relação com Washington, a China e os BRICS.

2. Protesto social e conflito institucional. A Colômbia registrou movimentos em nível nacional contra o governo, enquanto a Argentina foi palco de uma nova marcha universitária federal contra o ajuste orçamentário.

3. Crescimento econômico moderado e restrições fiscais. O FMI projeta um crescimento de 2,3% para a América Latina e o Caribe em 2026 e de 2,5% em 2027. A dívida pública, a baixa produtividade e as dificuldades para manter o investimento constituem obstáculos centrais.

4. A persistência das desigualdades sociais. As tensões em torno da educação, do emprego, da mobilidade urbana e do acesso aos serviços públicos evidenciam os limites de um crescimento que não se traduz, necessariamente, em melhorias equitativas no bem-estar.

5. Por fim, alertas sanitários e vulnerabilidade climática. A OPAS alertou para o recente aumento de casos de dengue e chikungunya, o risco de propagação do sarampo e a necessidade de preparar os serviços de saúde diante da prevista intensificação do fenômeno El Niño.

A análise transversal indica que a disputa política regional não se limita a uma oposição entre direita e esquerda. Ela também expressa conflitos sobre a distribuição dos custos do ajuste, o papel do Estado, a segurança, a autonomia nacional e a capacidade dos sistemas públicos de garantir direitos.

DIMENSÃO GEOPOLÍTICA

Brasil: uma eleição com consequências regionais

Sem dúvida, o acontecimento político mais importante do período foi o segundo turno da eleição presidencial brasileira, no dia 25 de outubro. Luiz Inácio Lula da Silva derrotou o senador Flávio Bolsonaro e conquistou um quarto mandato presidencial, não consecutivo. O

resultado contrariou as expectativas geradas pelo primeiro turno e pelas previsões de uma nova vitória conservadora na região[1]. A maioria dos presidentes da América Latina reconheceu a vitória de Lula no segundo turno no Brasil. Entre eles, presidentes de direita alinhados aos Estados Unidos, como o chileno José Antonio Kast, o equatoriano Daniel Noboa, o paraguaio Santiago Peña, o boliviano Rodrigo Paz e a peruana Keiko Fujimori. Também aqueles mais próximos, como a mexicana Claudia Sheinbaum.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarava-se amigo pessoal do ex-presidente Jair Bolsonaro, e a possível vitória de seu filho, Flávio, era vista como um indício da adesão do maior país da América Latina à iniciativa do Escudo das Américas. O impacto da vitória de Lula afetará as próximas eleições nos Estados Unidos e a estratégia de Trump em nível hemisférico. Contudo, seu impacto sobre as eleições legislativas norte-americanas de 3 de novembro será indireto e, por si só, não permite antecipar os resultados[2].

As eleições de meio de mandato renovarão toda a Câmara dos Representantes e aproximadamente um terço do Senado dos Estados Unidos. Sua importância reside no fato de que determinarão a margem de manobra de Trump durante os dois últimos anos de seu mandato. Os democratas precisam de um ganho líquido de quatro cadeiras em cada casa para reverter as maiorias republicanas. As pesquisas favorecem os democratas na Câmara dos Representantes, enquanto a disputa pelo Senado permanece em aberto[3]. *A vitória de Lula pode influenciar o clima político, mas não é o fator decisivo.* Os temas centrais da campanha norte-americana são o custo de vida, a inflação, a energia, a imigração e a avaliação da gestão de Trump.

A vitória de Lula assegurará a continuidade de uma política externa autônoma, preservando a possibilidade de manter os laços com a China, a participação brasileira nos BRICS e uma política externa que busca evitar o alinhamento automático com Washington. Contudo, isso não elimina os incentivos para negociar com os Estados Unidos nas áreas comercial, energética e de minerais estratégicos.

A vitória de Lula frustra a possibilidade de contar com um Brasil politicamente alinhado à Casa Branca e disposto a acompanhar, sem grandes reservas, suas iniciativas regionais. O Brasil é a maior economia da América Latina e um ator com peso diplomático global.

Embora tenha perdido a presidência, Flávio Bolsonaro e o bloco conservador mantêm uma capacidade significativa de influência legislativa. A polarização política, as demandas por

---

[1] O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva conquistou um histórico quarto mandato no domingo, segundo informou o tribunal eleitoral do país, em um resultado surpreendente que desafiou as pesquisas, os precedentes e o sentimento global contrário aos ocupantes de cargos — freando, assim, uma onda de vitórias eleitorais da direita em toda a América Latina. https://www.reuters.com/world/americas/brazil-heads-polls-runoff-between-leftist-lula-bolsonaro-jr-2026-10-25/

[2] Para a administração Trump, que tem empregado tarifas severas, sanções rigorosas e força militar para reafirmar seu domínio na região, a vitória de Lula complica sua campanha para recrutar o Brasil para sua coalizão militar contra os cartéis e obter acesso preferencial aos minerais críticos do país, segundo analistas. https://apnews.com/article/brazil-election-lula-bolsonaro-trump-sheinbaum-minerals-03308034b03be5e3dd1ee65b9fc9e90d

[3] A eleição brasileira oferece aos democratas um argumento para questionar a ideia de que a liderança conservadora associada a Trump avança inevitavelmente no continente. Também mostra que as pressões externas sobre um país podem se tornar uma questão de soberania nacional.

segurança e as preocupações com o custo de vida continuarão a condicionar a governabilidade brasileira.

A eleição no Brasil e a vitória de Lula trazem, pelo menos, três implicações geopolíticas:

I. **Para os Estados Unidos**: representa um revés para a estratégia de ampliar a influência de governos ideologicamente alinhados a Donald Trump.

II. **Para a China e os BRICS**: mantém o Brasil como um ator relevante para a cooperação econômica e diplomática não exclusivamente ocidental.

III. **Para a América Latina:** oferece um contrapeso à tendência de governos conservadores, mas não resolve a fragmentação dos mecanismos regionais de concertação.

A questão central é se o Brasil conseguirá transformar seu peso econômico e diplomático em uma maior capacidade de coordenação regional, ou se as diferenças ideológicas continuarão a limitar as respostas conjuntas[4].

Estados Unidos, China e a autonomia regional

Como apontamos nestes Cadernos, a competição entre Washington e Pequim continua estruturando as opções de política externa latino-americanas. O Brasil constitui um caso central, pois combina recursos estratégicos, capacidade industrial, produção agroalimentar e participação em instituições multilaterais.

A continuidade de suas relações com a China, aliada à busca por investimentos e acordos comerciais com os Estados Unidos e a União Europeia, demonstra que o alinhamento regional não implica, necessariamente, uma ruptura econômica com outros parceiros.

No que tange aos processos de integração — MERCOSUL, Comunidade Andina, SICA e CARICOM —, o desafio consiste em manter margens de negociação coletiva nas áreas de comércio, energia, infraestrutura, saúde e tecnologias críticas.

A vitória de Lula[5] preserva um espaço para a autonomia estratégica, embora a capacidade de exercê-la dependa da situação fiscal brasileira, da política interna e da disposição dos demais governos em reconstruir mecanismos de cooperação.

Para a administração Trump, que tem empregado tarifas severas, sanções rigorosas e força militar para reafirmar seu domínio na região, a vitória de Lula complica sua campanha para

[4] Se os democratas obtiverem o controle de uma ou de ambas as casas, a combinação de um Congresso mais opositor e uma América Latina menos alinhada a Washington poderá reduzir a margem política de Trump para implementar sua agenda hemisférica. Se os republicanos mantiverem o controle, a Casa Branca conservará maiores facilidades legislativas, embora continue enfrentando limites diplomáticos e econômicos. De qualquer forma, o Brasil adquire uma relevância especial: sua capacidade de manter relações com os Estados Unidos e a China, defender sua autonomia e negociar a partir do Mercosul e dos BRICS será uma prova concreta de até onde pode chegar a estratégia norte-americana de reorganizar as relações hemisféricas. A questão central não é, portanto, se Lula determina o resultado das eleições norte-americanas, mas se sua vitória contribui para evidenciar os limites da capacidade de Washington de traduzir seu poder econômico e político em alinhamento regional.

[5] O povo brasileiro, por meio do voto no último domingo, no segundo turno, negou à direita em ressurgimento na América Latina o seu prêmio máximo, pondo fim a uma sequência de sete vitórias presidenciais conservadoras consecutivas nos últimos 18 meses. https://apnews.com/article/brazil-election-lula-bolsonaro-trump-sheinbaum-minerals-03308034b03be5e3dd1ee65b9fc9e90d

recrutar o Brasil para sua coalizão militar contra os cartéis e obter acesso preferencial aos minerais críticos do país do seu Escudo para as Américas.

DIMENSÃO POLÍTICA

Colômbia: primeiras mobilizações nacionais contra o novo governo

No dia 14 de outubro, ocorreram mobilizações em Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla e outras cidades colombianas contra o governo de Abelardo de la Espriella, que havia assumido em agosto. Participaram sindicatos, estudantes, organizações indígenas, coletivos feministas e setores da oposição ligados ao ex-presidente Gustavo Petro.

Os protestos questionaram as políticas trabalhistas, educacionais e sociais da administração. Segundo informações divulgadas pela Reuters Connect, o presidente informou uma participação de aproximadamente 62.000 pessoas, e as manifestações foram, em sua maioria, pacíficas.

O episódio levanta três questões:

I. A capacidade de um novo governo de construir legitimidade para além de sua base eleitoral.

II. A relação entre reformas econômicas, direitos trabalhistas e políticas educacionais.

III. O risco de que a polarização política reduza os espaços de negociação entre governo, oposição e organizações sociais.

A essas tensões soma-se a dimensão fiscal. No dia 20 de outubro, o Congresso aprovou um orçamento para 2027 de 634,9 trilhões de pesos colombianos, com um déficit projetado de 9,4% do PIB. O orçamento também reduz verbas destinadas a instituições ligadas ao acordo de paz de 2016, entre elas a Jurisdição Especial para a Paz e a unidade de busca de pessoas desaparecidas[6].

A Colômbia enfrenta, simultaneamente, um problema de governabilidade, uma pressão fiscal significativa e uma discussão sobre as prioridades relativas entre segurança, gastos públicos e consolidação da paz.

Argentina: tensão entre ajuste fiscal, direitos sociais e legalidade institucional

No último dia 15 de outubro, foi realizada a quinta Marcha Federal Universitária, com mobilizações em Buenos Aires e em outras cidades. Estudantes, docentes e trabalhadores reivindicaram o cumprimento da Lei de Financiamento Universitário, a recomposição salarial e mais recursos para as universidades públicas. O dia terminou com incidentes em frente ao Congresso.

Chequeado, uma organização argentina sem fins lucrativos dedicada à verificação de informações e ao fortalecimento do debate público por meio de dados confiáveis na Argentina, aponta, em sua análise publicada no dia 16 de outubro[7]:

[6] https://www.reuters.com/world/americas/colombian-congress-approves-2011-billion-budget-2027-2026-10-20/

[7] https://chequeado.com/el-explicador/marcha-federal-universitaria-del-15-de-octubre-de-2026-el-gasto-cayo-253-desde-2023-y-los-salarios-un-242/

- O orçamento universitário de 2026 era 25,3% inferior, em termos reais, ao de 2023.
- Os salários dos docentes situavam-se 24,2% abaixo dos níveis de novembro de 2023.
- O orçamento proposto para 2027 mantinha o financiamento universitário praticamente sem variações reais em relação a 2026.

A mobilização vai além da questão orçamentária. Coloca em discussão o papel da universidade pública na mobilidade social, na formação profissional, na pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico. Também levanta uma controvérsia institucional: a relação entre as decisões do Poder Executivo, as leis aprovadas pelo Congresso e as decisões judiciais relacionadas ao seu cumprimento. As tensões em torno do financiamento universitário mostram que o ajuste fiscal continua sendo um fator de mobilização social e de confronto entre o governo, as instituições de ensino e setores da sociedade civil.

Tendências políticas regionais

Os casos do Brasil, da Colômbia e da Argentina refletem dinâmicas diferentes, mas conectadas por alguns problemas comuns.

O caso do Brasil, com a reeleição do presidente Lula diante de Flávio Bolsonaro, evidencia a persistência da polarização e a continuidade de uma política externa autônoma.

Na Colômbia, observam-se mobilizações contra o novo governo de direita de Abelardo de la Espriella, refletindo conflitos em torno de reformas sociais e trabalhistas, além de tensões fiscais e relacionadas à paz. A mobilização de 14 de outubro incorporou organizações trabalhistas, estudantis, indígenas e feministas. Essa composição mostra que o conflito não se limita a uma oposição partidária, mas envolve diferentes grupos que buscam influenciar a orientação das políticas públicas.

Na Argentina, as manifestações universitárias e a disputa orçamentária revelam um confronto entre ajuste fiscal, direitos sociais e o cumprimento da legislação. A controvérsia diz respeito à capacidade do sistema educacional de manter condições de acesso, qualidade e continuidade do ensino superior.

A educação também está vinculada à estrutura produtiva. A falta de investimento em formação, pesquisa e inovação pode limitar a produtividade e a criação de empregos de maior qualidade, justamente quando os países da região precisam superar as restrições de um crescimento econômico moderado.

Embora não seja adequado interpretar esses casos como uma única onda regional, o Brasil mostra que uma candidatura conservadora pode ser derrotada mesmo em um contexto de avanço da direita; a Colômbia expressa a conflitividade de uma nova administração de direita; e a Argentina ilustra a persistência de disputas sociais em torno do programa econômico de austeridade que vem sendo impulsionado pelo governo Milei.

A dinâmica política latino-americana e caribenha não pode ser explicada unicamente como uma guinada à direita ou como uma disputa entre governos progressistas e conservadores. Trata-se de uma transformação mais complexa, na qual convergem:

1. Uma ***crise de representação*****:** os partidos tradicionais perdem a capacidade de canalizar demandas e sustentar identidades políticas estáveis.

2. A ***centralidade da segurança:*** a violência e o crime organizado modificam as agendas eleitorais e a relação entre o Estado e a cidadania.

3. A ***tensão entre mercado e proteção social:*** as restrições fiscais coexistem com demandas persistentes por bem-estar, igualdade e serviços públicos.

4. A ***competição entre potências***: as relações com os Estados Unidos e a China condicionam decisões econômicas, diplomáticas e de segurança.

5. A ***dificuldade de construir respostas regionais***: a fragmentação política reduz a capacidade de coordenar estratégias comuns diante de problemas transnacionais.

DIMENSÃO SOCIAL

Como informamos nestes Cadernos, nos últimos anos ocorreram protestos e manifestações na América Latina — fenômeno que, como observamos, também se estende por todo o continente europeu. Nesta seção, analisaremos brevemente essas manifestações e protestos, tanto no cenário latino-americano quanto no europeu, buscando caracterizá-los e identificar suas semelhanças e diferenças.

Como vimos documentando nos Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, na **América Latina** também foram registradas mobilizações ao longo de todo o ano e em períodos recentes, as quais refletem, também, as particularidades econômicas, sociais e políticas de cada país. Diferentemente da onda europeia, em que a habitação e o custo de vida ocupam um lugar de destaque, ***na América Latina também têm um peso importante os conflitos territoriais, a desigualdade, a violência, a corrupção, as reformas estatais e a relação entre os governos e os movimentos populares***.

É preciso distinguir entre os protestos que buscam modificar uma política específica, os que exigem a renúncia de autoridades e os que expressam uma crise mais ampla de representação. Embora possam compartilhar causas, não constituem um movimento regional coordenado.

Na **Argentina**, a principal mobilização social observada em outubro foi a Marcha Federal Universitária de 15 de outubro, centrada na defesa do financiamento das universidades públicas. As reivindicações incluíram a ampliação dos recursos destinados ao ensino superior, a valorização dos salários docentes e o cumprimento da legislação relativa ao financiamento universitário, refletindo preocupações com a sustentabilidade e a qualidade do sistema público de educação superior[8].

Na **Colômbia**, os protestos nacionais realizados em 14 de outubro foram motivados por insatisfações relacionadas às políticas econômicas e trabalhistas, aos cortes em programas sociais e ao financiamento da educação pública. Além disso, manifestantes expressaram preocupações quanto às novas regras de intervenção policial, consideradas por diferentes setores da sociedade como potencialmente limitadoras de direitos e liberdades civis[9].

[8] https://www.reutersconnect.com/item/massive-university-protest-in-buenos-aires/dGFnOnJldXRlcnMuY29tLDIwMjY6bmV3c21sX09XTFRBQzdFT1RNRllYUlMyMUFWSkhHSjVPSzJNUVI

[9] Grupos opositores colombianos iniciam protestos contra os cortes de la Espriella. https://www.aljazeera.com/news/2026/10/14/colombia-opposition-groups-launch-protest-against-de-la-espriellas-cuts

No **México**, destacaram-se os protestos ocorridos em Guadalajara em torno da qualidade da água. As mobilizações evidenciaram demandas por maior acesso à água potável, investimentos em infraestrutura hídrica, controle da contaminação ambiental e esclarecimentos sobre a atuação das forças policiais durante as manifestações, revelando a crescente relevância das questões ambientais e de saúde pública na agenda social do país[10].

No **Chile**, as mobilizações estudantis e sociais registradas ao longo de outubro estiveram associadas a preocupações com o orçamento destinado à educação, as condições do mercado de trabalho e os possíveis impactos dos cortes nos gastos públicos. Esses protestos refletiram o receio de diferentes grupos sociais quanto ao enfraquecimento das políticas públicas e dos mecanismos de proteção social em um contexto de restrições fiscais[11].

As manifestações sociais na América Latina e no Caribe refletem problemas estruturais que afetam amplos setores da população. Entre os fatores mais recorrentes está a *deterioração das condições materiais de vida, marcada por salários insuficientes, inflação acumulada, precarização do trabalho, pobreza e dificuldades de acesso à moradia, alimentos, energia e transporte*. Em muitos casos, as reivindicações econômicas constituem o *ponto de partida dos protestos e posteriormente se ampliam para questionamentos mais abrangentes sobre a atuação dos governos*.

Outro eixo central das mobilizações é a *defesa dos serviços públicos*. Educação, universidades, saúde, aposentadorias e sistemas de proteção social são áreas frequentemente associadas a disputas políticas e orçamentárias. Os protestos universitários na Argentina e as mobilizações estudantis no Chile exemplificam a *preocupação com o financiamento público e com as prioridades definidas pelos governos na alocação de recursos*.

As manifestações também expressam *conflitos relacionados à representação e à legitimidade política*. Em países como Colômbia e Venezuela, diversos protestos incorporaram críticas diretas ao governo e demandas de natureza política, enquanto na Bolívia alguns setores chegaram a exigir a renúncia presidencial. No entanto, nem todas as mobilizações possuem caráter antigovernamental, nem compartilham uma mesma orientação ideológica.

Questões territoriais, ambientais e de gestão dos recursos naturais constituem outro importante foco de conflito. O acesso à água, à terra, aos recursos minerais e energéticos, bem como a proteção dos ecossistemas, mobiliza comunidades locais, povos indígenas, organizações ambientalistas e sindicatos. Esses debates envolvem disputas sobre quem controla os recursos naturais, quem se beneficia de sua exploração e quem assume os custos ambientais decorrentes dessas atividades.

A *segurança pública, a repressão estatal e o direito à manifestação também influenciam significativamente a dinâmica dos protestos*. A violência policial, a insegurança cidadã e as restrições ao espaço cívico podem funcionar simultaneamente como causas de mobilização e como fatores que condicionam sua organização e desenvolvimento. Por isso, a análise da

---

[10] O agravamento da crise hídrica provoca protestos em Guadalajara, no México. https://www.reuters.com/business/environment/worsening-water-crisis-sparks-protests-mexicos-guadalajara-2026-10-16

[11] Estudantes chilenos marcham em defesa da educação pública enquanto o Congresso debate o orçamento de 2027. https://www.reutersconnect.com/item/chilean-students-march-to-defend-public-education-as-congress-to-debate-2027-budget/dGFnOnJldXRlcnMuY29tLDIwMjY6bmV3c21sX1ZBNjg4OTAxMTAyMDI2UlAx

conflitividade social na região exige considerar não apenas a quantidade de manifestações, mas também as condições institucionais que permitem sua realização.

Por fim, observa-se uma *crescente convergência entre diferentes atores sociais. Estudantes, sindicatos, povos indígenas, trabalhadores informais, organizações feministas e coletivos territoriais frequentemente participam das mesmas mobilizações, ampliando sua capacidade de mobilização e visibilidade*. Contudo, essa convergência não implica necessariamente a existência de um programa político comum ou de uma estrutura organizacional unificada.

Da mesma forma, nos últimos tempos, observamos manifestações na Europa — como protestos por causa dos aluguéis na Espanha e mobilizações estudantis na França, entre outras —, bem como diversos eventos no cenário latino-americano.

As manifestações que ocorrem na Europa em outubro de 2026 e as mobilizações sociais na América Latina apresentam pontos de convergência em suas causas econômicas, sociais e políticas, embora se desenvolvam em contextos institucionais diferentes. O encarecimento da vida, o aumento dos combustíveis, a crise de acesso à moradia, a deterioração dos serviços públicos, a precarização do trabalho e os baixos salários, além da desconfiança em relação aos governos, aparecem como fatores recorrentes.

A questão central é se *estamos diante de protestos isolados, vinculados a problemas nacionais, ou se nos deparamos com um ciclo internacional de conflito social que expressa tensões mais profundas no modelo de desenvolvimento, na distribuição de riqueza e na legitimidade dos sistemas políticos*.

O que está acontecendo na Europa e quais são as características do protesto?

As mobilizações iniciadas na França durante o mês de setembro/outubro estenderam-se à Espanha, Bélgica, Itália, Portugal e Albânia, com manifestações relacionadas à habitação, aos salários, à educação, aos serviços públicos e às políticas de ajuste. Em alguns locais, registraram-se confrontos, danos materiais e detenções; contudo, essa violência pontual não deve ser confundida com o conjunto das mobilizações[12].

Na ***França***, os protestos têm sido impulsionados principalmente pelos cortes orçamentários, pela insuficiência de recursos destinados à educação, pelo aumento do custo de vida e pela percepção de deterioração dos serviços públicos[13].

---

[12] Os protestos estão varrendo a Europa, com centenas de milhares de pessoas indo às ruas em dezenas de cidades por todo o continente.https://www.abc.net.au/news/2026-10-20/europe-protests-explained-as-demonstrations-grow/107285508. Acesso 22 de outubro.

[13] Os protestos caracterizam-se pela transformação de um movimento inicialmente estudantil em uma mobilização social mais ampla, com demandas relacionadas à educação pública, ao custo de vida, aos salários, à desigualdade e à deterioração dos serviços públicos. A mobilização expressa também um mal-estar político mais geral e um distanciamento crescente entre parte da cidadania e seus representantes. O Ministério do Interior registrou, no dia 6 de outubro, cerca de 266.000 manifestantes em toda a França, incluindo 56.000 em Paris. Por outro lado, organizadores estudantis do ensino médio e universitário afirmaram que 450.000 pessoas participaram das marchas, sendo 100.000 em Paris. https://www.lemonde.fr/en/france/article/2026/10/07/high-school-students-movement-protests-grow-and-draw-widespread-support_6758337_7.html. No dia 24 de outubro, o governo francês contabilizou 410.000

Na ***Espanha***, as manifestações concentram-se sobretudo nos elevados preços dos aluguéis, nas dificuldades de acesso à moradia e no aumento dos despejos, questões que afetam especialmente os jovens e as famílias de menor renda[14].Mais recentemente, o protesto se espalhou — supostamente contra a precária situação da educação pública —, o que, na verdade, tem incentivado roubos e saques a estabelecimentos comerciais na cidade. Convocações semelhantes foram detectadas em outros países europeus, como Itália, Bélgica, Alemanha e Países Baixos[15]. Os protestos espanhóis de outubro de 2026 mostram como uma demanda concreta — o acesso à moradia — pode se transformar em um questionamento mais amplo das prioridades econômicas e da capacidade das instituições de garantir direitos sociais.

Na ***Bélgica***, os protestos na Bélgica caracterizam-se por uma mobilização sindical contínua contra as políticas de austeridade, à qual se juntaram estudantes, docentes, funcionários públicos e organizações sociais[16]. O conflito expressa uma disputa sobre quem deve arcar com o custo do ajuste fiscal e qual lugar as pensões, os salários e os serviços públicos devem ocupar no modelo social belga[17].

Em ***Portugal,*** as mobilizações de outubro de 2026 têm dois eixos principais: a crise de acesso à habitação[18] e a deterioração do poder aquisitivo[19]. A isso somam-se as greves de servidores públicos, as demandas dos estudantes e as reivindicações salariais e previdenciárias. O descontentamento manifesta-se tanto em marchas multitudinárias quanto em acampamentos urbanos e paralisações de trabalho.

O governo de centro-direita de **Luís Montenegro** enfrenta crescente pressão dos sindicatos e de movimentos sociais em um contexto de debates sobre o orçamento nacional. As mobilizações refletem preocupações relacionadas aos impactos do aumento do custo de vida

---

manifestantes. O dia transcorreu, em grande parte, de forma pacífica, embora tenham ocorrido incidentes em Paris, Marselha e outras cidades. https://www.reuters.com/world/europe/french-protest-groups-demand-more-rallies-macron-faces-tough-choices-2026-10-25/ Acesso 26 de outubro.

[14] ***"Blocus"***, uma palavra francesa que significa bloqueio, tornou-se a etiqueta utilizada nas redes sociais para mobilizar os jovens que protagonizaram distúrbios em Barcelona, na Espanha, no último sábado, 24 de outubro, quando saquearam cerca de trinta estabelecimentos comerciais e provocaram 33 incêndios.

[15] https://elpais.com/espana/catalunya/2026-10-26/que-es-blocus-la-etiqueta-en-redes-que-desato-los-disturbios-en-barcelona.html. Acesso 26 de outubro.

[16] Trabalhadores ferroviários, professores, estudantes universitários e do ensino médio, grupos de defesa de refugiados, artistas, funcionários públicos — 30 mil pessoas, segundo estimativas policiais, e 50 mil, segundo os sindicatos — marcharam pela capital belga para protestar contra as políticas socioeconômicas do governo de Bart De Wever. Com o governo prestes a apresentar seu orçamento no dia 13 de outubro, os manifestantes pretendiam fazer ouvir a sua voz. Em 24 de outubro de 2026, novos confrontos ocorreram em Bruxelas, no contexto de protestos estudantis. Centenas de jovens participaram; houve choques com a polícia e detenções. https://www.reuters.com/world/belgian-protesters-police-skirmish-anti-government-demonstrations-brussels-2026-10-24 . Acesso 26 de outubro.

[17] Os sindicatos opõem-se aos cortes orçamentários promovidos pelo governo federal do primeiro-ministro Bart De Wever. O Executivo argumenta que precisa reduzir o déficit e conter o crescimento da dívida pública; os manifestantes sustentam que o ajuste recai de forma desproporcional sobre os trabalhadores e setores vulneráveis. https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/10/10/in-brussels-thousands-protest-against-the-federal-government-s-policies_6758441_4.html. Acesso 26 de outubro.

[18] https://www.reuters.com/world/europe/portuguese-police-clear-lisbon-housing-protest-camp-make-arrests-2026-10-25. Acesso 26 de outubro.

[19] https://efe.com/mundo/2026-10-17/portugal-protestas-carestia-vida/. E Portugal los manifestantes de la vivienda vuelven a las plazas, prometen seguir adelante — Internazionale Acesso 26 de outubro.

sobre a população, especialmente diante da percepção de que salários e aposentadorias não acompanham a elevação dos preços dos bens essenciais e da habitação.

Outro ponto central do conflito diz respeito ao modelo de política habitacional. De um lado, o governo defende reformas voltadas para o funcionamento do mercado imobiliário; de outro, sindicatos e organizações sociais reivindicam maior regulação dos aluguéis, proteção aos inquilinos e ampliação da oferta de moradias a preços acessíveis.

Além disso, os despejos e as detenções ocorridos durante manifestações alimentaram um debate sobre a legitimidade dos protestos, envolvendo questões relacionadas ao uso do espaço público, à manutenção da ordem pública e ao direito à mobilização social.

Em paralelo, até 22 de outubro, organizações sindicais da Espanha e de Portugal mantinham conversas sobre a possibilidade de coordenar uma greve geral ibérica para 11 de novembro. Contudo, a adesão portuguesa ainda dependia de uma decisão formal de suas próprias centrais sindicais, não podendo, portanto, ser considerada confirmada naquele momento.

Na ***Itália,*** a inflação, a estagnação dos salários e as preocupações com a qualidade e o financiamento dos serviços públicos figuram entre os principais fatores que alimentam os protestos. A Itália combina um protesto econômico e trabalhista com uma disputa política sobre as prioridades do Estado. A inflação percebida, os salários, o preço dos combustíveis e a precariedade conectam-se à oposição aos gastos militares e às demandas por investimentos em educação, saúde e serviços públicos.

A grande questão é se a convergência desses setores resultará em uma mobilização nacional sustentada ou se os protestos continuarão a ocorrer de forma fragmentada. As greves previstas para o final de outubro e novembro permitirão avaliar o alcance dessa articulação e a capacidade do governo de responder às demandas, sem reduzir o conflito exclusivamente a uma questão de segurança.

Na ***Albânia***, A Albânia atravessa uma escalada de mobilizações contra o governo do primeiro-ministro Edi Rama, que começou com protestos ambientais contra um projeto turístico de luxo e se expandiu para demandas por transparência, combate à corrupção, melhorias na educação e oportunidades de emprego.

Diferentemente dos protestos centrados principalmente no custo de vida ou na habitação, observados em outros países europeus, na Albânia o conflito assumiu um caráter mais abertamente político: parte dos manifestantes exige a renúncia do primeiro-ministro e questiona o funcionamento das instituições. Desde meados de outubro, têm sido registrados confrontos graves entre manifestantes e a polícia, ataques a prédios públicos e prisões.

Os protestos registrados durante o outono europeu revelam um *descontentamento social generalizado, mas não constituem um movimento único nem decorrem de uma convocação comum*. Trata-se de *mobilizações que surgiram a partir de conflitos nacionais distintos, os quais compartilham problemas estruturais: o encarecimento do custo de vida, as dificuldades de acesso à moradia, a precariedade laboral, a percepção de deterioração dos serviços públicos e a desconfiança em relação às instituições*.

Segundo um levantamento publicado pelo ***El País***[20], entre 15 de setembro e 23 de outubro, foram registrados pelo menos **177 protestos** em **12 países europeus**; França, Espanha, Itália, Portugal e Bélgica concentraram cerca de 80% das mobilizações contabilizadas. Moradia, educação e custo de vida foram as principais pautas, somadas a demandas específicas contra a corrupção e o rearmamento.

Um elemento importante que podemos destacar nestes protestos no continente europeu é *a convergência entre setores sociais: estudantes, sindicatos, trabalhadores, organizações de inquilinos e cidadãos afetados pelo encarecimento de bens essenciais.* No entanto, as demandas e as consequências políticas variam de acordo com cada país[21].

A análise sintética dos protestos e mobilizações na América Latina e na Europa nos permite permitem identificar *semelhanças ou paralelismos entre a Europa e a América Latina, onde as demandas não se limitam à renda, mas abrangem a capacidade do Estado de garantir direitos, prestar serviços essenciais e responder às necessidades da população*.

A mobilização ou os protestos em torno do *custo de vida e da perda de poder aquisitivo:* na Europa, o aumento do custo de vida combina-se com a pressão sobre os salários, as pensões e os gastos públicos. Na América Latina, a questão relaciona-se também com a informalidade no trabalho, a desigualdade e as dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais.

Em relação à crise de acesso a direitos sociais: a habitação ocupa um lugar especialmente visível na Espanha e em Portugal. Na América Latina, além da habitação, ganham destaque a educação pública, a saúde, a água e a proteção social. *O denominador comum é a dificuldade de satisfazer necessidades básicas por meio da renda familiar ou da oferta pública.*

Em relação aos *conflitos distributivos e à legitimidade política*, observa-se que*, quando os governos aplicam medidas de austeridade ou realocam recursos públicos, intensificam-se as disputas sobre quem deve arcar com os custos do ajuste*. Os protestos podem, assim, transformar-se em questionamentos mais amplos das prioridades governamentais e da representação política.

Tanto na Europa quanto na América Latina, observam-se *tensões entre a manutenção da ordem pública e as garantias de reunião e manifestação*. As restrições, as detenções e o uso da força podem se tornar novos motivos de mobilização quando são percebidos como desproporcionais.

Sob uma perspectiva geopolítica, *os protestos sociais observados em diferentes países podem ser interpretados como indicadores relevantes de tensões econômicas, sociais e políticas que influenciam diretamente a governabilidade*. As manifestações públicas expressam demandas relacionadas ao custo de vida, ao acesso a serviços essenciais, à educação, ao emprego e à proteção social, revelando *desafios para a capacidade dos governos de responder*

---

[20] Estudantes, sindicatos e moradores convocaram mais de 170 manifestações em pouco mais de um mês em todo o continente. Suas motivações frequentemente coincidem. https://elpais.com/internacional/europa/informada/2026-10-24/donde-y-por-que-se-protesta-en-europa-las-reivindicaciones-de-los-jovenes-de-cada-pais.html. Acesso 26 de outubro.

[21] Na França, o protesto combina preocupações com os serviços públicos, a tensão fiscal e o custo de vida. Na Espanha e em Portugal, a habitação ocupa um lugar central. Na Bélgica, sindicatos e estudantes questionam medidas orçamentárias. Essas diferenças mostram que não existe um movimento europeu único com uma orientação política homogênea.

às expectativas da população. Nesse contexto**,** *a persistência ou intensificação dessas mobilizações pode afetar a formulação de políticas públicas, a definição de prioridades orçamentárias e a dinâmica da competição política entre diferentes atores e partidos*.

Além disso, *a evolução desses movimentos dependerá, em grande medida, da capacidade dos governos de estabelecer mecanismos eficazes de diálogo e negociação com os diversos grupos sociais envolvidos***.** A preservação dos canais democráticos de participação e representação constitui um elemento central para a gestão dos conflitos sociais, reduzindo o risco de que disputas relacionadas à distribuição de recursos e oportunidades resultem em processos de polarização ou fragmentação social mais profundos. Dessa forma, a resposta institucional às reivindicações sociais torna-se um fator determinante para a estabilidade política e a coesão social.

Embora os acontecimentos analisados permitam levantar a hipótese de uma possível convergência internacional da conflitualidade social, a comprovação da existência de um ciclo transregional articulado requer evidências adicionais. Para sustentar essa interpretação, seria necessário verificar a continuidade temporal das mobilizações, a presença de vínculos organizacionais entre os diferentes movimentos e a circulação transnacional de agendas, discursos e repertórios de ação coletiva. Em outras palavras, embora existam temas comuns que atravessam distintos contextos nacionais, ainda é necessário aprofundar a análise empírica para determinar se tais manifestações representam fenômenos essencialmente locais ou se configuram uma dinâmica mais ampla de mobilização social em escala internacional.

Nesse sentido, futuras pesquisas deverão considerar não apenas as causas imediatas dos protestos, mas também os fatores estruturais que contribuem para sua emergência, tais como desigualdades socioeconômicas, transformações no mercado de trabalho, pressões inflacionárias e mudanças nas expectativas da população em relação ao papel do Estado. Essa abordagem permitirá compreender de forma mais abrangente as conexões entre processos domésticos e tendências globais, contribuindo para o entendimento da evolução contemporânea dos movimentos sociais e de suas implicações para a estabilidade política e a governança internacional.

As manifestações sociais observadas na Europa e na América Latina constituem oportunidades políticas que podem ser aproveitadas por atores de diferentes orientações ideológicas, incluindo partidos de direita, de esquerda, forças de centro, movimentos antissistema e grupos críticos às formações políticas tradicionais. Entretanto*, a simples existência de descontentamento social não garante benefícios eleitorais automáticos para nenhum desses atores*.

A transformação das demandas sociais em apoio político efetivo depende da capacidade de interpretar adequadamente as preocupações da população, elaborar narrativas capazes de explicar as causas dos problemas percebidos e apresentar propostas consideradas viáveis e credíveis pelos cidadãos. Dessa forma, o impacto político dos protestos não está determinado por sua origem ou intensidade, mas pela habilidade dos diferentes atores em canalizar as reivindicações sociais para projetos políticos capazes de obter legitimidade e apoio junto ao eleitorado.

A conflitividade social pode abrir oportunidades tanto para as esquerdas quanto para as direitas, mas o sentido de sua capitalização depende da organização política, da interpretação

pública das causas do conflito e da capacidade das forças em disputa de oferecer respostas concretas. Não existe uma relação automática entre protesto social e guinada ideológica.

A situação social da América Latina e do Caribe em outubro de 2026 apresenta uma combinação de avanços parciais e problemas estruturais persistentes. A redução da pobreza registrada em 2024 e a evolução favorável do emprego ao longo de 2025 são sinais positivos, mas coexistem com uma elevada vulnerabilidade econômica, informalidade laboral, desigualdades multidimensionais e sistemas de proteção social com capacidades desiguais.

A questão central é se o crescimento econômico poderá se traduzir em melhorias sustentáveis no bem-estar e em uma maior mobilidade social. A resposta dependerá da geração de emprego formal, da proteção da renda, da qualidade dos serviços públicos e da capacidade dos Estados de sustentar políticas sociais inclusivas em um contexto de restrições fiscais.

Sob uma perspectiva regional, o principal risco é a consolidação de um ciclo de baixo crescimento, desigualdade persistente, enfraquecimento da confiança institucional e polarização política. Superá-lo exige combinar políticas de segurança com inclusão social, desenvolvimento produtivo, sistemas universais de proteção e mecanismos de diálogo democrático.

A The Economist publica um artigo que apresenta o aumento das vendas de motocicletas nas cidades latino-americanas, o que pode ser interessante para analisar a situação social vivida pelas famílias na região.

Segundo o artigo The Economist, as vendas anuais de motocicletas na região passaram de cerca de três milhões em 2019 para quase seis milhões em 2025. Essa expansão está ligada a atividades de entrega, transporte informal, congestionamento urbano e dificuldades de acesso ao transporte público.

O fenômeno apresenta uma dupla dimensão:

- **Oportunidade social e econômica**: facilita o acesso a empregos geograficamente dispersos e gera renda para trabalhadores com poucas alternativas de trabalho.
- **Custo social e sanitário:** aumenta a exposição a acidentes de trânsito, especialmente entre trabalhadores de plataformas submetidos à pressão pelos prazos de entrega.

O artigo cita estimativas do BID segundo as quais as mortes por acidentes de trânsito na América Latina e no Caribe aumentaram cerca de 10% entre 2021 e 2024, chegando a aproximadamente 100.000 óbitos anuais. Destaca também o peso dos motociclistas na mortalidade no trânsito na Colômbia.

A resposta exige políticas integradas de transporte público, segurança viária, proteção trabalhista e planejamento urbano — e não apenas restrições ao uso de motocicletas.

Com um crescimento regional projetado de 2,2% para 2026, a criação de empregos de qualidade e a redução sustentada da pobreza continuam sendo desafios centrais.

A preocupação com o crime não pode deslocar do debate público questões como o emprego de qualidade, a educação, a saúde, as pensões e a desigualdade, ainda que estas últimas influenciem as condições de vida e a confiança nas instituições.

Além disso, a CEPAL identifica uma combinação de alta desigualdade, baixa mobilidade social, polarização e capacidades institucionais insuficientes. Quando as pessoas percebem que o esforço individual não se traduz em oportunidades e que as instituições não respondem às suas demandas, a desconfiança e a fragmentação social podem aumentar[22].

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Perspectivas regionais: crescimento moderado e restrições fiscais

O FMI reduziu suas projeções de crescimento para a América Latina e o Caribe para 2,3% em 2026 e 2,5% em 2027. Entre os fatores que condicionam as perspectivas estão o *encarecimento da energia, associado ao conflito no Oriente Médio, o endividamento público e o aumento limitado da produtividade*.

O Fundo alertou que as condições financeiras favoráveis podem não se manter e recomendou aproveitá-las para reduzir a dívida e melhorar a produtividade[23]. Ao mesmo tempo, reconheceu que o ajuste fiscal estagnou em vários países.

Os principais desafios econômicos são:

- ✓ Manter a estabilidade macroeconômica sem aprofundar as desigualdades.
- ✓ Melhorar a produtividade e a diversificação das exportações.
- ✓ Financiar infraestrutura, educação, saúde e inovação.
- ✓ Reduzir a vulnerabilidade em relação aos preços internacionais de energia e de outras matérias-primas.

Como se pode observar, em sua tradicional receita de austeridade fiscal, o Fundo Monetário Internacional instou os governos latino-americanos a aproveitar as condições globais ainda favoráveis para reduzir a dívida pública e aumentar a produtividade, ao mesmo tempo em que alertou que o ajuste fiscal estagnou em muitos países[24].

Paraguai: atrativo para investidores e limites estruturais

O Paraguai busca consolidar-se como plataforma manufatureira e exportadora por meio de incentivos fiscais, simplificação administrativa e aproveitamento de sua integração ao MERCOSUL.

---

[22] https://www.cepal.org/es/publicaciones/89773-cohesion-social-desarrollo-social-inclusivo-america-latina-caribe-segundo

[23] O Fundo Monetário Internacional reduziu suas previsões de crescimento para a América Latina e o Caribe para este ano e o próximo, e apontou que a maior parte da região está recebendo pouco impulso do avanço da inteligência artificial — um fenômeno que ajudou outras economias a absorver o choque energético decorrente da guerra no Oriente Médio. Em seu relatório *Perspectiva Econômica Mundial*, o Fundo projetou um crescimento regional de 2,3% para este ano. Isso representa uma redução em relação ao crescimento de 2,5% previsto para 2025 e à estimativa de 2,4% feita em julho para 2026. O FMI também revisou a previsão para 2027, reduzindo-a de 2,7% para 2,5%. https://www.marketscreener.com/news/imf-cuts-latin-america-caribbean-growth-forecasts-on-energy-shock-little-ai-boost-ce785dddda88fe27

[24] https://www.reuters.com/markets/us/imf-urges-latin-america-cut-debt-lift-productivity-while-tailwinds-last-2026-10-16/

O país apresenta um crescimento econômico de 6,6% no ano, com um aumento de 25% nas exportações de bens como autopeças, vestuário e têxteis em relação a 2019; uma carga tributária equivalente a 16% do PIB e a persistência de déficits significativos em infraestrutura e capital humano.

A oportunidade consiste em aproveitar a estabilidade macroeconômica, a energia hidrelétrica e a integração comercial para atrair investimentos. O risco é que os benefícios se concentrem em determinadas atividades, sem gerar uma transformação produtiva suficientemente ampla.

A geração abundante de eletricidade por Itaipu e Yacyretá constitui uma vantagem para indústrias eletrointensivas, centros de processamento de dados e atividades industriais. O desafio é ampliar a infraestrutura de transmissão e o uso produtivo dessa energia.

Paraguai oferece um ambiente tributário relativamente favorável e regimes específicos para investimentos. A Lei nº 7.548/2025 atualizou os incentivos ao investimento nacional e estrangeiro, enquanto a Lei nº 7.547/2025 reformulou o regime de maquila[25].

O país apresenta recursos naturais e exportações, como a soja, a carne bovina, os cereais e a energia elétrica, que sustentam a inserção internacional do país. Há oportunidades de agregar valor por meio da agroindústria, da transformação de matérias-primas e da integração às cadeias produtivas regionais.

Paraguai apresenta estabilidade macroeconômica, com crescimento econômico e a consolidação da credibilidade financeira fortaleceram a imagem do Paraguai como destino de investimentos. Em 2025, o PIB real cresceu 6,6%, e o FMI projetou expansão de 4,4% para 2026[26].

Embora o Paraguai possa ser atraente para o capital, isso não significa, automaticamente, um desenvolvimento inclusivo. O país enfrenta desafios que podem limitar sua capacidade de transformar investimentos em ganhos duradouros de produtividade, emprego e bem-estar.

Um dos dois principais dilemas do Paraguai é a distância entre o desempenho macroeconômico e a capacidade de universalizar oportunidades e direitos sociais.

O resultado do desenvolvimento do Paraguai dependerá menos da quantidade de investimentos atraídos, isoladamente, e mais da qualidade desses investimentos, de seus efeitos

[25] https://www.mic.gov.py/ley_7548_25/

[26] Paraguai também possui importância estratégica no contexto sul-americano. Sua localização entre Brasil, Argentina e Bolívia, sua inserção no MERCOSUL e sua disponibilidade de energia hidrelétrica ampliam seu potencial para atrair investimentos industriais e logísticos. Ao mesmo tempo, a relação econômica com os países vizinhos cria interdependências: o Paraguai depende de corredores de transporte regionais, das condições de navegabilidade dos rios e dos acordos energéticos com Brasil e Argentina. O principal desafio é evitar que a concorrência fiscal e os custos reduzidos se tornem as únicas bases de sua competitividade. Uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo exigiria: a)Diversificar a estrutura produtiva e ampliar o conteúdo tecnológico das exportações; b) Fortalecer fornecedores nacionais e encadeamentos industriais regionais; c) Investir em infraestrutura logística, educação e formação profissional; d) Ampliar a formalização do trabalho e a cobertura da proteção social; e)Melhorar a capacidade fiscal e institucional do Estado, e f) Incorporar a sustentabilidade ambiental e a adaptação climática ao planejamento econômico

sobre a estrutura produtiva e da capacidade do Estado de converter crescimento em desenvolvimento social.

A região não enfrenta uma crise econômica uniforme, mas sim uma combinação de crescimento moderado, restrições fiscais e elevadas necessidades de investimento social e produtivo.

O dilema não deve ser colocado exclusivamente em termos de ajuste versus expansão dos gastos. Também são relevantes a composição do orçamento, a eficiência do investimento público, a capacidade tributária e a distribuição dos custos e benefícios do crescimento.

SITUAÇÃO DE SAÚDE

A agenda sanitária desta quinzena combina ameaças epidemiológicas, efeitos das mudanças climáticas, desigualdades no acesso e dificuldades para sustentar as capacidades de resposta dos sistemas de saúde.

Dengue e chikungunya: alerta regional diante da intensificação do El Niño

No dia 21 de outubro, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) pediu o reforço da vigilância epidemiológica e da preparação dos serviços de saúde diante do aumento recente de casos de dengue e do ressurgimento da transmissão de chikungunya em áreas onde não se registrava circulação há vários anos. O alerta coincide com a proximidade da temporada de maior transmissão na América do Sul e com a intensificação prevista do fenômeno El Niño.

Tabela – América Latina e Caribe 2026: Indicadores epidemiológicos regionais da dengue e da chikungunya

Indicador epidemiológico	Casos / fallecimientos	Período o alcance
Suspeita de dengue	1.690.000 casos	Acumulados hasta mediados de setembro de 2026
Mortes por dengue	571 falecimentos	Mesmo período
Suspeita de chikungunya	213.919 casos	Região das Américas
Suspeita de chikungunya	88 falecimentos	20 países e territórios

Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), atualização epidemiológica de 20 de outubro de 2026. Os dados correspondem a períodos acumulados até meados de setembro e não representam o fechamento da quinzena. https://www.paho.org/en/news/21-10-2026-paho-calls-strengthened-surveillance-and-preparedness-amid-increases-dengue-and

Embora os casos acumulados de dengue estivessem 58% abaixo dos registrados no mesmo período de 2025, a OPAS identificou aumentos recentes em países das sub-regiões andina, centro-americana e caribenha. Em relação à chikungunya, apontou uma expansão geográfica e períodos de transmissão mais prolongados.

As ***prioridades sanitárias*** são:

- ✓ Reforçar a atenção primária para identificar precocemente sinais de alerta.
- ✓ Melhorar a vigilância epidemiológica, virológica e entomológica.
- ✓ Fortalecer o diagnóstico e a capacidade hospitalar.

- ✓ Intensificar o controle do mosquito Aedes por meio de intervenções ambientais e comunitárias.
- ✓ Integrar a vigilância climática ao planejamento dos serviços de saúde.

A relação com o fenômeno El Niño exige atenção especial: a variabilidade climática pode modificar as condições de transmissão, mas a magnitude do impacto depende também do saneamento, da urbanização, do controle vetorial e da capacidade de resposta dos sistemas de saúde

Sarampo: lacunas na vacinação e risco de expansão

A OPAS alertou, no dia 9 de outubro, que o risco de propagação do sarampo nas Américas era muito alto, diante da persistência de surtos, das lacunas na vacinação e do aumento da mobilidade de pessoas. No dia 22 de outubro, publicou uma nova atualização sobre a situação regional.

Segundo o balanço divulgado em 9 de outubro, entre 4 de janeiro e 3 de outubro de 2026, foram notificados 55.792 casos confirmados e 77 mortes em 17 países e territórios, o que representava 4,8 vezes o número de casos registrados no mesmo período de 2025. Guatemala, México, Estados Unidos, Peru e Canadá figuravam entre os países com o maior número de casos.

Esse cenário apresenta **três problemas**:

I. O acúmulo de pessoas suscetíveis devido a coberturas vacinais insuficientes.

II. A dificuldade de detectar e conter surtos em territórios com acesso limitado aos serviços de saúde.

III. A necessidade de coordenar a vacinação, a vigilância e a resposta rápida entre os países.

O *sarampo é, também, um indicador da capacidade dos sistemas públicos de sustentar políticas preventivas de alcance universal*. A resposta não pode se limitar ao atendimento dos casos: é preciso recuperar as coberturas vacinais, identificar lacunas territoriais e garantir esquemas vacinais completos.

Sistemas de salud: calidad, equidad y fuerza de trabajo

O relatório "***Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2026***[27]", publicado pela OCDE, oferece uma estrutura complementar para interpretar os problemas da quinzena e analisa o desempenho dos sistemas de saúde de 33 países da América Latina e do Caribe, com atenção especial a dois desafios centrais: melhorar a qualidade do atendimento e reduzir as desigualdades na saúde. O documento destaca que *a expansão da cobertura universal de saúde nas últimas décadas permitiu avanços significativos nos indicadores de saúde; contudo, esse progresso desacelerou e já não está reduzindo a disparidade em relação aos países da OCDE*. A expectativa de vida aumentou para 74,6 anos em 2024, embora permaneça bem abaixo da média de 81,3 anos observada na OCDE. Da mesma forma, a mortalidade infantil e a de menores de cinco anos apresentaram uma redução expressiva, mas continuam sendo consideravelmente mais altas do que nos países mais desenvolvidos.

[27] https://www.oecd.org/en/publications/health-at-a-glance-latin-america-and-the-caribbean-2026_445b3259-en/full-report/executive-summary_9a8e0b53.html

O relatório aponta que a *persistência de altas taxas de mortalidade evitável evidencia limitações na qualidade, na oportunidade e na continuidade da assistência à saúde*. Embora muitos países disponham de estratégias, regulamentações e indicadores voltados à promoção da qualidade assistencial, ainda faltam ferramentas eficazes para traduzir essas políticas em melhores resultados. Além disso, as desigualdades socioeconômicas continuam a condicionar o acesso, a proteção financeira e os resultados em saúde. A OCDE conclui que a região precisa evoluir, indo além da simples ampliação da cobertura, em direção a sistemas mais eficientes, equitativos e preparados para o envelhecimento populacional, as doenças crônicas e futuras crises sanitárias.

Entre os seus indicadores regionais, destacam-se:

Indicador	América Latina y el Caribe	Referência OCDE
Expectativa de vida, 2024	74,6 años	81,3 anos
Médicos por 1.000 habitantes	2,4	3,6
Enfermagem e obstetrícia por 1.000 habitantes	3,9	10,3
Mortalidade evitável, 2023	297 por 100.000 habitantes	162 por 100.000

Fonte: OCDE, Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2026. Os universos de países podem variar de acordo com o indicador.

Estes dados mostram que a expansão da cobertura de saúde não garante, por si só, resultados equivalentes em termos de qualidade, segurança e continuidade da assistência.

Para a região, as prioridades de médio prazo incluem o planejamento da força de trabalho, a distribuição territorial de profissionais, o fortalecimento da enfermagem, a integração dos níveis de atenção e a capacidade de resposta diante de doenças transmissíveis e crônicas.

Nesse contexto, *a migração internacional de trabalhadores da saúde também deve ser incorporada às políticas de planejamento: os fluxos de profissionais entre países podem ajudar a suprir déficits locais, mas também podem aprofundar desigualdades quando não existem mecanismos adequados de formação, reconhecimento de títulos, retenção e cooperação.*

Saúde, mudança climática e cooperação regional

A situação epidemiológica reforça a necessidade de integrar saúde e meio ambiente nas políticas públicas. O risco associado ao fenômeno El Niño, a circulação de arbovírus e a expansão do sarampo exigem capacidades que transcendem as fronteiras nacionais.

Uma ***resposta regional*** deveria articular:

- ✓ Sistemas de alerta precoce e vigilância epidemiológica interoperáveis.
- ✓ Cooperação para o diagnóstico e o intercâmbio de informações.
- ✓ Abastecimento oportuno de vacinas, medicamentos e insumos.
- ✓ Fortalecimento da atenção primária e das capacidades locais.

- ✓ Financiamento estável para prevenção, preparação e resposta a emergências.

A OPAS, os ministérios da saúde e os mecanismos sub-regionais de integração podem contribuir para coordenar essas capacidades. No entanto, a cooperação sanitária requer recursos, acordos operacionais e continuidade institucional para não depender exclusivamente de respostas de emergência.

América Central

Talvez a América Central mereça uma seção específica, pois combina vulnerabilidades climáticas, dependência do comércio exterior e de remessas, desigualdades sociais, problemas de segurança e uma crescente importância geopolítica devido à sua posição entre a América do Norte e a América do Sul[28]. Nesta quinzena, as informações sanitárias da OPAS permitem identificar um sinal epidemiológico relevante: embora a dengue registre uma redução regional em comparação com 2025, observam-se aumentos recentes na sub-região centro-americana. Além disso, a emergência decorrente do terremoto no Panamá exige atenção diferenciada.

O cenário regional combina oportunidades ligadas ao comércio, ao turismo e às remessas com vulnerabilidades associadas à desigualdade, à informalidade no trabalho, à exposição a desastres naturais e a restrições fiscais.

O Banco Mundial projetou, em outubro, um crescimento de 2,2% para a América Latina e o Caribe em 2026. Esse número é regional e não deve ser interpretado como uma estimativa específica para a América Central[29].

Para a América Central, as principais questões sociais e econômicas que requerem acompanhamento são:

- ✓ O poder aquisitivo das famílias e o custo dos alimentos e da energia.
- ✓ A qualidade do emprego, a informalidade e a proteção social.
- ✓ A dependência de remessas e das condições econômicas dos Estados Unidos.
- ✓ As necessidades de investimento em infraestrutura, educação, água e saneamento.
- ✓ Os efeitos dos fenômenos climáticos sobre a agricultura, o transporte e os meios de subsistência.

Essas questões são especialmente relevantes para o planejamento em saúde: as dificuldades econômicas das famílias podem reduzir a capacidade de arcar com despesas de transporte, medicamentos e assistência médica, ao passo que as restrições orçamentárias limitam o investimento público preventivo.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA) participou de agenda sobre alfabetização em saúde[30].

---

[28] A região centro-americana mantém uma importância estratégica devido à sua proximidade com os Estados Unidos, ao seu papel nas rotas migratórias e comerciais e à sua exposição a disputas por infraestrutura, energia e recursos naturais.

[29] https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099100526213531870

[30] https://www.sica.int/noticias/el-autocuidado-y-la-alfabetizacion-en-salud-se-consolidan-como-ejes-estrategicos-de-la-politica-regional-de-salud-durante-el-ii-foro-de-alto-nivel-de-ilar_1_139933.html

A SE-COMISCA participou do II Fórum de Alto Nível “25 Anos Impulsionando o Autocuidado na América Latina”, realizado na Cidade do México, com foco no fortalecimento do autocuidado responsável e da alfabetização em saúde. Durante o encontro, o secretário executivo, José Renán De León, destacou a aprovação da Política Regional de Saúde, em junho de 2026, que incorpora esses temas como eixos transversais das prioridades regionais e favorece a articulação entre os oito países membros do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA).

O evento também marcou o lançamento da Coalizão Latino-Americana pela Alfabetização em Saúde (CLAPAS) e a reafirmação da Declaração de São Paulo como referência estratégica para a cobertura universal de saúde. Os debates ressaltaram a necessidade de ampliar a capacidade da população de tomar decisões informadas sobre sua saúde, especialmente diante da desinformação digital e do uso crescente de ferramentas de inteligência artificial para consultas relacionadas à saúde.

O Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) cumpriu agenda nas áreas de prevenção ao HIV e saúde e mudança climática.[31][32]

Em 14 de outubro, o ORAS-CONHU anunciou a elaboração do Plano Sub-regional Andino de Prevenção do HIV, envolvendo os seis países andinos. A iniciativa busca articular estratégias regionais de prevenção, ampliar o acesso a medidas preventivas e fortalecer a participação comunitária e as abordagens baseadas nos direitos humanos. Segundo o secretário executivo do Organismo, Fernando Dattoli, a criação do Plano é estratégica e necessária para concentrar e direcionar, com base em evidências e liderança política, os esforços na região.

Em 22 de outubro, o organismo, em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), apresentou oficialmente o Plano Andino de Saúde e Mudança Climática 2026–2031. O documento estabelece uma agenda regional para reduzir os impactos da crise climática sobre a saúde e fortalecer a resiliência dos sistemas sanitários. Entre os próximos passos estão a elaboração de uma carteira de projetos, a definição de indicadores de impacto e a mobilização de recursos para transformar as prioridades regionais em ações concretas.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de gestão de recursos hídricos, serviços meteorológicos e segurança [33][34][35]

A OTCA avançou na articulação regional para a gestão dos recursos hídricos e o monitoramento ambiental da Amazônia. Em 14 de outubro, divulgou a adoção do *Livro Branco da Água*, marco estratégico destinado a orientar a implementação gradual de um mecanismo permanente de cooperação para a gestão integrada dos recursos hídricos da Bacia Amazônica. Para implementação, foram estabelecidas cinco diretrizes estratégicas: governança e cooperação regional, informação e monitoramento, uso sustentável e restauração de ecossistemas

[31] https://orasconhu.org/index.php/es/nuevo-reto-regional-los-seis-paises-andinos-asumen-el-desafio-de-crear-el-plan-subregional-de

[32] https://orasconhu.org/es/paises-andinos-presentan-el-plan-de-salud-y-cambio-climatico-al-2031-para-blindar-los-sistemas

[33] https://orasconhu.org/es/paises-andinos-presentan-el-plan-de-salud-y-cambio-climatico-al-2031-para-blindar-los-sistemas

[34] https://otca.org/pt/paises-amazonicos-estabelecem-rede-de-cooperacao-meteorologica-e-elegem-o-peru-para-sua-primeira-presidencia/

[35] https://otca.org/pt/otca-e-unodc-assinam-carta-de-intencao-para-fortalecer-a-cooperacao-contra-a-criminalidade-organizada-que-afeta-a-amazonia/

vinculados à água, capacitação, educação e participação e projetos e financiamento sustentáveis. A proposta articula instrumentos e capacidades já existentes, tendo a Rede Amazônica de Autoridades da Água como núcleo de coordenação.

Na agenda ambiental, boletim publicado em 15 de outubro apontou que 69% da Bacia Amazônica registrou chuvas abaixo da média histórica em setembro, enquanto os focos de calor aumentaram 38% em relação a agosto. Os dados reforçam a importância do monitoramento regional para identificar mudanças nas condições ambientais e subsidiar ações de prevenção e resposta.

Em 21 de outubro, os países membros instalaram oficialmente a Rede Amazônica de Autoridades de Serviços Meteorológicos (RASEM), aprovaram seu regulamento e elegeram o Peru para a primeira Presidência Pro Tempore. A iniciativa pretende fortalecer o intercâmbio de dados e previsões meteorológicas, a integração dos sistemas de observação e o desenvolvimento de capacidades técnicas conjuntas, contribuindo para a gestão de riscos de desastres e a adaptação às mudanças climáticas.

Por fim, em 23 de outubro, a OTCA e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) assinaram uma Carta de Intenção para fortalecer a cooperação em segurança pública e no enfrentamento de atividades ilícitas transfronteiriças e transnacionais na Amazônia. O instrumento prevê apoio técnico aos oito países amazônicos na implementação do plano de trabalho da Comissão Especial de Segurança Pública e Atividades Ilícitas Transfronteiriças e Transnacionais na Região Amazônica (CESPIT), com foco no combate à criminalidade organizada e aos crimes ambientais. Além disso, a Carta também traz itens sobre proteção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) encaminhou missões de observação eleitoral e elaborou um estudo sobre o tráfico de drogas[36][37][38].

A OEA deu continuidade a iniciativas relacionadas à democracia, aos direitos humanos e à segurança regional. Em 20 de outubro, anunciou o desdobramento de uma Missão de Observação Eleitoral para o segundo turno das eleições no Brasil, previsto para 25 de outubro. Em 23 de outubro, também formalizou um acordo com Granada para o envio de uma missão de observação às eleições gerais previstas para 5 de novembro.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio da CICAD, divulgou estudo baseado em 386 entrevistas no Peru e na Espanha sobre o recrutamento de pessoas utilizadas como transportadoras de drogas por via aérea. A pesquisa identificou que cerca de uma em cada cinco foi recrutada por ameaça, coação ou engano, frequentemente em contextos de vulnerabilidade financeira e social. O relatório recomenda diferenciar pessoas exploradas por redes criminosas dos responsáveis pela organização do tráfico, fortalecer medidas de proteção e saúde mental e ampliar alternativas ao encarceramento e programas de reinserção profissional. As recomendações ressaltam a importância de políticas baseadas em evidências, nos direitos humanos e na cooperação internacional.

[36] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-107%2F26
[37] https://www.oas.org/es/centro_noticias/fotonoticia.asp?sCodigo=FNC-145136
[38] https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-105/26

Conclusões e perspectivas

O período recente confirma que a América Latina e o Caribe atravessam uma fase de *intensa competição política e geopolítica, com diferenças entre os países, mas com problemas estruturais compartilhados*.

Primeira conclusão: a *autonomia regional continua sendo uma questão estratégica.* A eleição brasileira demonstra que a *orientação internacional da região não está definida de antemão*. *A capacidade de manter relações diversificadas e negociar coletivamente dependerá da solidez das instituições e da cooperação entre os governos*.

Segunda conclusão: *a estabilidade econômica não resolve automaticamente os conflitos sociais*. *Os protestos na Colômbia e na Argentina evidenciam que o emprego, a educação, os salários e a proteção de direitos continuam sendo dimensões centrais da legitimidade política*.

Terceira conclusão: *o espaço fiscal deve ser analisado em conjunto com as capacidades estatais. A redução de gastos pode melhorar certos indicadores macroeconômicos, mas também comprometer recursos humanos, educação, pesquisa, prevenção e serviços públicos, caso seus efeitos distributivos e de longo prazo não sejam avaliados*.

Quarta conclusão: *a saúde deve ocupar um lugar central nas estratégias de integração*. *As ameaças epidemiológicas e climáticas exigem cooperação contínua em vigilância, vacinação, força de trabalho, produção e abastecimento de tecnologias em saúde*.

Quinta conclusão: *a fragmentação regional reduz a capacidade de resposta coletiva*. *A diversidade de orientações políticas não impede, necessariamente, a cooperação, mas exige acordos pragmáticos que permitam sustentar objetivos comuns em áreas como saúde, infraestrutura, segurança alimentar e preparação para emergências*.

Em suma, *o principal desafio regional consiste em articular a estabilidade macroeconômica, a legitimidade democrática, a proteção dos direitos sociais e a autonomia estratégica*. A *saúde pública pode funcionar como um campo de cooperação concreta, mesmo em um cenário de divergências ideológicas, desde que existam financiamento, instituições e compromissos políticos sólidos*.